

13/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.041 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: RAINILDA DE MELO MAFRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. O princípio da insignificância, cujo escopo é flexibilizar a interpretação da lei em casos excepcionais, para que se alcance o verdadeiro senso de justiça, não pode ser aplicado para abrigar conduta cuja lesividade transcende o âmbito individual e abala a esfera coletiva.

2. A Portaria n.º 4.910/1999 do Ministério da Previdência e Assistência Social, em seus arts. 1º e 4º, estabeleceu os valores mínimos para o início do processo judicial para a cobrança dos créditos, não se referindo, contudo, à extinção dos débitos, nem tampouco se prestando a estabelecer critérios de aplicação do princípio da insignificância.

3. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Sra. Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

HC 107.041 / SC

Relator

13/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.041 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: RAINILDA DE MELO MAFRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela defensoria Pública da União em favor de Rainilda de Melo Mafra, buscando a aplicação do princípio da insignificância ao delito de apropriação indébita previdenciária praticado pela paciente.

Aponta como autoridade coatora a Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, do Superior Tribunal de Justiça, que, monocraticamente, proveu o Resp nº 957.714/SC interposto àquela Corte de Justiça pelo **Parquet Federal**.

Sustenta a impetrante, em síntese, a aplicabilidade do postulado da insignificância ao caso concreto, visto que *“a vítima não teria sofrido dano relevante ao seu patrimônio – uma vez que o valor sonegado é considerado pequeno ante a Portaria expedida pelo Ministro de Estado de Previdência e Assistência Social e, posteriormente, sendo o valor aumentando pelo próprio INSS para R\$10.000,00 (dez mil reais) - ainda tem-se atribuído ao valor sonegado a quantia de aproximadamente R\$ 3.637,78 (três mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos)”* (fl. 5 da inicial).

Requer o deferimento da liminar para *“obstar o Acórdão proferido pelo STJ, suspendendo seus efeitos, sob pena de graves e irreversíveis consequências”*. No mérito, pede a concessão da ordem para reformar *“o Acórdão proferido pelo STJ, para reconhecer a aplicação do Princípio da Insignificância argüido em favor do Paciente para não imputá-lo a prática do crime de apropriação indébita previdenciária, (art.168-A, parágrafo 3º, do Código Penal)”* (fls. 9/10 da inicial).

Em 3/2/11, indeferi a liminar e solicitei informações à autoridade

HC 107.041 / SC

coatora, que foram prestadas.

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Mario José Gisi**, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

13/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.041 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra ato da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, do Superior Tribunal de Justiça, que, monocraticamente, proveu o REsp nº 957.714/SC interposto àquela Corte de Justiça pelo **Parquet** federal.

Narra a impetrante, na inicial, que o paciente foi denunciado por infração ao art. 168-A, § 1º, do Código Penal, em face do não recolhimento de contribuições previdenciárias, no período de março de 2002 a junho de 2004, que totalizaram, à época, o valor de R\$ 3.637,78 (três mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).

A denúncia restou rejeitada, ao entendimento de que se tratava de crime de bagatela. Inconformado com a decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso em sentido estrito, ao qual foi negado provimento pela Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Seguiu-se a interposição, pelo **Parquet**, de recurso especial, que foi provido para afastar o referido princípio e receber a denúncia, devolvendo os autos ao Juízo singular para apreciação.

Transcrevo o teor daquela decisão:

“Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, com fundamento na alínea ‘a’ do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ementado *verbis*:

‘PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. OMISSÃO NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ARTIGO 168-A DO CP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR CONSOLIDADO. 1. O Direito Penal visa a proteção de bens de grande ou

HC 107.041 / SC

razoável importância para o corpo social, restando, para os demais casos, a regulamentação apenas no âmbito civil.

2. O padrão adotado nessa Corte para fins de aplicação do princípio da insignificância para os crimes previstos no art. 168-A do CP, é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tomado como referência o valor do débito consolidado (principal e acessórios). Precedentes da 4ª Seção.' (fl. 109).

Sustenta o recorrente, às fls. 113/123, ter havido negativa de vigência ao artigo 168-A do Código Penal, em virtude da aplicação do princípio da insignificância no caso concreto.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 127/131.

O Tribunal de origem admitiu o recurso às fls. 133/134.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 150/154, pelo conhecimento e provimento do recurso especial, *verbis* :

‘RECURSO ESPECIAL. PENAL. OMISSÃO NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (ART. 168-A DO CÓDIGO PENAL). IMPORTÂNCIA SUPERIOR AO PATAMAR ESTABELECIDO NO DISPOSITIVO QUE DETERMINA A EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. – A Lei nº 9.441/97 determina a extinção do crédito previdenciário igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), enquanto a Portaria nº 4.910/99 e a MP nº 1973-68/2000 apenas preveem o não ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa das já ajuizadas, até que o valor sonegado alcance os limites nelas previstos, não ocorrendo, pois, a extinção do crédito, daí não se poder invocar os dois últimos atos normativos para regular o valor do débito caracterizador do chamado crime de bagatela. – Se a contribuição social não recolhida pelo paciente alcança valor de R\$ 3.637,78, inaplicável o princípio da insignificância, pois superior ao valor do

HC 107.041 / SC

crédito considerado extinto pela Lei nº 9.441/97. – Parecer pelo conhecimento e provimento do recurso’.

É o relatório.

A insurgência merece prosperar. Com efeito, já se consolidou no âmbito das duas Turmas deste Tribunal Superior que a aplicação do princípio da insignificância, na hipótese da apropriação indébita previdenciária, rege-se pelos limites previstos na Lei 9.441/97. Ao ensejo, confirmam os seguintes precedentes:

‘CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR SUPERIOR ÀQUELE PREVISTO NO ART. 1º, § 1º, DA LEI N.º 9.441/97. 1. Não é possível utilizar o art. 4.º da Portaria n.º 4.943/99, com redação dada pela Portaria n.º 1.103/2003, ambas do Ministério da Previdência e Assistência Social como parâmetro para aplicar o princípio da insignificância, já que o mencionado dispositivo se refere ao não-ajuizamento de ação de execução, e não de causa de extinção de crédito. 2. O melhor parâmetro para afastar a relevância penal da conduta é justamente aquele utilizado para extinguir todo e qualquer débito oriundo de contribuições sociais junto ao Instituto Nacional de Seguro Social, consoante dispõe o art. 1.º, § 1.º, da Lei n.º 9.441/97, que determina o cancelamento da dívida igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais). Precedentes. 3. Recurso provido’. (REsp 1068911/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 3/8/2009).

‘AGRAVO REGIMENTAL. PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. ART. 168-A DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. LEI Nº 9.441/1997. PORTARIA Nº 4.910/1999 DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E

HC 107.041 / SC

ASSISTÊNCIA SOCIAL. 1. Consoante entendimento firmado por esta Corte, o parâmetro para a aplicação do princípio da insignificância, no crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias, é de R\$ 1.000,00, a teor do disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 9.441/1997. 2. De acordo com o art. 4º da Portaria nº 4.910/1999 do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, não há a extinção do crédito previdenciário quando o valor ultrapassar o limite de R\$ 1.000,00, ficando apenas adiada a cobrança da dívida, via execução fiscal, até o montante alcançar a quantia de R\$ 5.000,00, não havendo, assim, baixa na distribuição, permanecendo o interesse da Fazenda Pública em cobrar o débito tributário. 3. Agravo regimental desprovido'. (AgRg no REsp 770.207/RS, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 25/05/2009).

Dessa forma, verificando-se que o débito totaliza o valor de R\$ 3.637,78 (três mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), não há que se falar em incidência do princípio da insignificância, haja vista o valor ser superior ao previsto no artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.441/97.

Assim, estando o acórdão recorrido em confronto com o entendimento desta Corte, que dá à insignificância, no caso de apropriação indébita previdenciária, conotação diversa, é de se entender malferido o dispositivo da lei penal, o que impõe a reforma do julgado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 3º do Código de Processo Penal, **dou provimento ao recurso especial**, para afastar a insignificância no caso concreto e receber a denúncia, devolvendo-se os autos ao juízo singular, a quem caberá decidir a causa penal.

Publique-se.

Intime-se" (www.stj.jus.br).

HC 107.041 / SC

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste **writ**.

Inicialmente destaco como tenho votado em relação ao crime de descaminho. Nessa hipótese, tenho concedido a ordem, aplicando o princípio da insignificância.

Todavia, aqui temos contribuição previdenciária - tendo por princípio a solidariedade entre as sucessivas gerações que dão suporte ao nosso regime previdenciário constitucional, estabelecido pela Constituição de 88 -, o que impõe o máximo rigor no que diz respeito aos seus recursos.

Dada a natureza de contribuição previdenciária, é mister fazer essa distinção em relação ao crime de descaminho, mantendo, assim, a coerência com o posicionamento que tenho adotado em casos como este, mas não sem lembrar que basta que se pague o débito para que se extinga a punibilidade.

Ademais, neste caso, o processo ainda não terminou. Se se concedesse esse **habeas corpus**, estar-se-ia dando um salvo conduto ao paciente para não pagar o débito. Eu sempre tenho dito no Plenário, nas vezes em que esse delito veio a julgamento, que a tipificação penal em relação à matéria tributária é uma política do Estado legislador de promover uma forma extrema de execução fiscal, porque a própria lei estabelece que, havendo pagamento, se extingue a punibilidade. Ora, diante disso, a concessão do **habeas corpus** seria uma anistia desse débito para esses devedores da Previdência Social.

Aliás, na linha desse raciocínio, nesta Primeira Turma, tive a oportunidade de ressaltar esses aspectos por ocasião do julgamento do HC nº 107.144/PR, da relatoria do Min. **Ricardo Lewandowski** (DJe de 14/4/11).

No mesmo sentido:

“HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. CONDUTA PREVISTA COMO CRIME. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. VALORES NÃO RECOLHIDOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. ORDEM

HC 107.041 / SC

DENEGADA. 1. A norma penal incriminadora da omissão no recolhimento de contribuição previdenciária - art. 168-A do Código Penal - é perfeitamente válida. Aquele que o pratica não é submetido à prisão civil por dívida, mas sim responde pela prática do delito em questão. Precedentes. 2. Os pacientes deixaram de recolher contribuições previdenciárias em valores muito superiores àquele previsto no art. 4º da Portaria MPAS 4910/99, invocada pelo impetrante. O mero fato de a denúncia contemplar apenas um dos débitos não possibilita a aplicação do art. 168-A, § 3º, II, do Código Penal, tendo em vista o valor restante dos débitos a executar, inclusive objeto de outra ação penal. 3. Ordem denegada. (HC nº 91.704/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 20/6/08).

Outro não foi o entendimento do ilustre membro do **Parquet** federal, que assim se pronunciou:

“(…)

Inicialmente, quanto à pretendida incidência do princípio da insignificância no delito de apropriação indébita previdenciária, constatamos que na hipótese em tela, o valor das contribuições previdenciárias não recolhidas pelo paciente superou em muito o limite legal estabelecido no art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.441/1997, que trata da extinção dos créditos oriundos de contribuições sociais nos seguintes termos:

‘Art. 1º Fica extinto todo e qualquer crédito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS oriundo de contribuições sociais por ele arrecadadas ou decorrente do descumprimento de obrigações acessórias, cujo valor:

I - total das inscrições em Dívida Ativa, efetuadas até 30 de novembro de 1996, relativamente a um mesmo devedor, seja igual ou inferior a R\$1.000,00 (mil reais);

(…)’

Todavia, pretende o impetrante fazer crer que o vetor que

HC 107.041 / SC

identificaria o que o Estado entende por bagatela na seara previdenciária seriam os valores estabelecidos nas Portarias ns. 4.910/1999 e 1.105/2002 do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, valores estes superiores ao de R\$ 3.637,78 (três mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos) devido pelo paciente.

A Portaria n.º 4.910/1999 do Ministério da Previdência e Assistência Social, em seus arts. 1º e 4º, estabeleceu os valores mínimos para o início do processo judicial para a cobrança dos créditos, não se referindo, contudo, à extinção dos débitos, nem tampouco se prestando a estabelecer critérios de aplicação do princípio da insignificância. Vejamos:

‘Art. 1º Fica instituído Parcelamento Simplificado da Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para dívidas de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), consideradas por crédito.

Art. 4º A Dívida Ativa do INSS de valor até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerada por CGC/CNPJ, não será ajuizada, exceto quando, em face do mesmo devedor, existirem outras dívidas, caso em que estas serão agrupadas para fins de ajuizamento.’

A Portaria n.º 1.105/2002 do MPAS, apenas alterou os valores anteriormente previstos na norma retromencionada para o ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa. Apenas a título de ilustração, transcrevemos os seguintes dispositivos, *in verbis*:

‘Art. 1º A Portaria MPAS n.º 4.943, de 4 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 1º Fica instituído Parcelamento Simplificado da Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para dívidas de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), consideradas por crédito.’

‘Art. 4º A Dívida Ativa do INSS de valor até R\$

HC 107.041 / SC

10.000,00 (dez mil reais), considerada por CGC/CNPJ, não será ajuizada, exceto quando, em face do mesmo devedor, existirem outras dívidas, caso em que estas serão agrupadas para fins de ajuizamento.”

Como se vê, tais portarias em nada se referem à extinção do crédito, mas apenas possibilitam o não ajuizamento ou o sobrestamento das execuções, até que as dívidas alcancem os valores ali determinados, não procedendo, assim, a tese defensiva.

Não bastasse a superação do limite anistiado pelo art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.441/97, o princípio da insignificância, cujo escopo é flexibilizar a interpretação da lei em casos excepcionais para que se alcance o verdadeiro senso de justiça, não pode ser aplicado para abrigar conduta cuja lesividade transcende o âmbito individual e abala a esfera coletiva.”

Por essa razão, mantendo meu entendimento na linha dos precedentes já citados, **denego** a ordem.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 107.041

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : RAINILDA DE MELO MAFRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 13.9.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian
Coordenadora